

**ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO SÃO JERÔNIMO**  
**CNPJ 02.720.336.0001/54**

**Ofício nº 002/26**

**Caçu – GO, 20 de janeiro de 2026**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**KELSON SOUZA VILARINHO**  
**Prefeito de Caçu-Go.**

**Assunto: Contribuição Financeira.**

**Senhor Prefeito,**

Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicitamos a contribuição financeira no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), para Associação dos Agricultores Familiares do Projeto São Jeronimo, CNPJ nº 02.720.336/0001-54, situado Rodovia Municipal CAW, KM 77 a Direita 15 KM, com objetivo para custear pagamento de frete referente transporte do maquinário recebido do Governo Federal.

Anexo: Documentos Entidade e Presidente.

Certa de contar com atendimento de Vossa Excelência, apresentamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,



**Erivaldo Fernandes da Silva**  
**Presidente**  
**64 99661-7097**

Número Processo: 796/2026		Data /Hora: 20/01/2026 13:43:25	Id: 150881
Interessado: 130060 - ASSOCIAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO SAO JERONIMO		CPF/CNPJ: 02.720.336/0001-54	
Endereço: ROD MUN. CAW-3 KM 77 A DIR 15 KM, N°: S/N, ZONA RURAL, CEP: 75.813-000			
Email:			
Cidade:	Bairro: ZONA RURAL	Telefone:	
Solicitante: 31583 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		CPF/CNPJ:	
Email:		Telefone:	
Assunto: OFICIO			
Data documento: 20/01/2026	Valor: 0,00	Número do documento:	
Observação: OFICIO 002/2026 CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA			

Usuário: valseni.garcia

Local repartição: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACU

E-mail: erivaldoof802@gmail.com.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.720.336/0001-54</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>08/09/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PROJETO SAO JERONIMO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>AGRIFAMA</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>ROD MUN. CAW-3 KM 77 A DIR 15 KM</b>		NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>75.813-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>CACU</b>	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>05/12/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/01/2026** às **13:22:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - DRIVER LICENSE - PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME  
ERIVALDO FERNANDES DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO  
01/08/2014

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
03/10/1968 CURRAIS NOVOS/RN

4ª DATA EMISSÃO  
04/07/2024

4ª VALIDADE  
03/07/2029

ACC  
D

4ª DDC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF  
1088815 SSP RN

4ª CPF  
637.487.484-15

5ª Nº REGISTRO  
98137472725

3 CAT. PNB  
AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

RELACÃO  
MANOEL FERNANDES DA SILVA

JOSEFA FRANCISCA DA COSTA

ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO EMISSOR

ACC

A1

B

B1

C

C1

D

D1

BE

CE

C1E

DE

D1E

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
GOIANIA, GO

ASSINATURA DO EMISSOR  
45177480086  
GO175227020

GOIÁS

VALIDADE NACIONAL

2833554644

VALIDADE NACIONAL

2833554644





Ata de nº 62. Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte cinco, às treze horas e cinquenta e três minutos, na comunidade São Jerônimo município de Caçu Goiás, reuniram-se trinta e duas pessoas moradoras desta comunidade para eleição da Chapa única da Associação Agrifama, composta pelos membros: Presidente - Erisvaldo Fernandes da Silva; vice-presidente João Batista da Silva; Tesoureiro Wesley Nunes de Medeiros; Secretária Norma Carolina Gomes; 1º Fiscal Júlio César Gonçalves Rios; 2º Fiscal Orlando da Silva; 3º Fiscal Janiro Rosa da Costa Júnior; 1º Suplente Ronevaldo Vilela Freitas Sobrinho; 2º Suplente Aderivaldo Lima Pereira; 3º Suplente Semes Barcelos da Silva. A reunião se deu com início da fala do atual presidente Valdivino Jacinto de Oliveira, prestando contas de seu pleito juntamente com o seu tesoureiro José Gabriel Aparecido Souza, uma vez ficando registrada no livro de atas da tesouraria desta associação, após, foi apresentada a chapa pelo candidato a presidente Erisvaldo Fernandes da Silva que por unanimidade a chapa foi eleita pelos os associados presentes. Sem mais para o momento, encerro esta reunião às catorze horas e trinta minutos com as seguintes assinaturas, eu Norma

Carolina Gomes, Cristiane Felix Araújo, Elismir  
MAIA DE OLIVEIRA LEAL, Maria Nemes da  
Silva, João Batista da Silva, José Gabriel AP Souza  
3º Fiscal Janiro Rosa da Costa Júnior, Ronevaldo V. de  
Freitas Sobrinho, Júlio Cesar Gonçalves Rios, Norma  
Rosola Costa Junior, Maria Gipuma Nunes,  
Wesley Nunes de Medeiros, Aderivaldo Lima Per-  
eira, Semes Barcelos da Silva, Luiz Eduardo  
Barbosa da Silva, J. Carlos L. M. da Terra,  
Valdivino Jacinto de Oliveira, Tesoureiro  
Aparecido Marguim da Silva, Cleomar Fran-  
cisco de Freitas, Orlando Souza da Silva, Maria de  
Jatima Nequela Costa, Vicente de Paulo S. de Almeida  
gerça de Almeida, Milza Maria de Carmo,  
Dr. Ramaciro Lima, Maria Aparecida de O. R.  
Sebastião (Ferreira) de Oliveira, Brizola F. H.  
de Almeida e JOSÉ CARLOS BARBOSA.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DAS PESSOAS JURÍDICAS, CIVIL  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS  
Fone: (64) 3426.2... E-mail: registrocivil201@gmail.com - Endereço: Rua Osório Pereira de  
Lima, nº 1611 - St. São Paulo - Caçu - CNPJ: nº 24.564.663/0001-05  
Selo Digital 03382508256303630660002  
PROTOCOLO Nº 0008229  
REGISTRO Nº 0000256  
LIVRO A-010  
Caçu (GO), 25 de agosto de 2025  
Palloma Ferreira da Silva Vaz  
Respondente  
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO"



Dr. Leônidas...



# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PA. SÃO JERÔNIMO DE CAÇU GOIÁS

## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - A Associação dos Produtores Rurais Do PA. São Jerônimo (Associação Agrifama) é uma Sociedade civil, sem fins lucrativos, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Associação terá a sua sede no próprio Assentamento, no município de Caçu Goiás

Art. 3º - O prazo de duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - É objetivo da Associação o exercício de mútua colaboração entre os sócios, visando à prestação, pela entidade, de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e para melhorar as condições de vida de seus integrantes, com especial ênfase na divulgação de matérias relacionadas a técnicas de produção e manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e de produtividade.

Art. 5º - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

- a. adquirir ou alugar imóveis para instalações administrativas, tecnológicas, de apoio à produção e à sua guarda e conservação da produção dos associados;
- b. negociar, no interesse comum, a venda de leite dos associados e, de igual modo, orientar compras de insumos utilizados pelos associados, em especial, fertilizantes, calcário, sementes e rações;
- c. manter, na medida do possível, serviços de assistência médica, dentária, recreativa e educacional, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidade pública, empresas ou profissionais qualificados;
- d. filiar-se a outras entidades congêneres.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS

#### SEÇÃO I

### DA ADMISSÃO, DO DESLIGAMENTO E DA EXCLUSÃO

Art. 6º - Podem ser sócios da Associação produtores rurais, incluindo parceiros e arrendatários, que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, assumam o compromisso de contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.



Ademar Rezende Melo  
Advogado  
OAB-GO 16.320



§ 1º - A Associação somente terá efetivo funcionamento se contar com um número de associados não inferior a 10 (dez).

§ 2º - A admissão de associado deverá ser aprovada pela Diretoria, podendo condicionar-se à efetiva capacidade de mútua colaboração do candidato para realização dos objetivos da Associação.

Art. 7º - O desligamento do associado do quadro social será formalmente requerido ao Presidente da associação, não podendo ser negado.

Art. 8º - O associado deverá desligar-se da Associação se deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou de permanência no quadro de associados.

Art. 9º - A exclusão será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado.

§ 1º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da Data do recebimento da notificação.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral.

§ 3º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 1º deste artigo.

## SEÇÃO II

### DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 10º - São direitos do associado:

- a. participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha realizar ou conceder;
- b. votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- c. participar das reuniões na Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- d. ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;
- e. solicitar, ou qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f. convocar a Assembléia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- g. desligar-se da associação quando lhe convier.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS BB 1.238.638  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TITULOS  
COMARCA DE CAÇU - GOIÁS  
Oidack Musa dos Santos - Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira n° 1.201, Lot. Municipal - Caçu - GO CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3656-1067 - CNPJ 02.761.396/0001-07



A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

Amol.: R\$5,32 Taxa Jud.: R\$0,00 Fundos 21,26% R\$1,30 ISSQN: R\$0,27  
Total: R\$6,89

Caçu - GO, 12 de dezembro de 2025.  
Em testemunho da verdade

Guilherme Luiz do Nascimento Neto - Escrivente  
024426121/9699024330011

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Ademar Rezende Moura  
Advogado  
OAB-GO 16.320



O associado que aceitar e estabelecer relações empregatícias com a Associação, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art. 11º - É dever de todo associado:

- a. observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;
- b. respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- c. manter-se em dia com as suas contribuições;
- d. contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para proteger o bom nome e o progresso da Associação.

Art. 12º - Os associados não responderão por obrigações contraídas pela Associação, salvo se espontânea, individual e expressamente se obrigar.

### SEÇÃO III

### DA REPRESENTAÇÃO

Art. 13º - O associado, por justo e comprovado impedimento, poderá fazer-se representar na Assembléia Geral por outro associado, mediante mandato escrito, desde que estejam ambos em pleno gozo de seus direitos sociais.

O mandatário não poderá ser ocupante de cargo eletivo na associação, nem representar, em um mesma reunião, mais de 1 (um) associado.

### CAPÍTULO III

### DO PATRIMÔNIO

Art. 14º - O patrimônio da Associação será constituído por:

- a. pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- b. por auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular;
- c. por contribuições mensais de associados, nos termos em que forem estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d. por receitas ou resultados provenientes de prestação de serviços ou de contraprestação em programas assistenciais.

### CAPÍTULO IV

### DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

#### SEÇÃO I

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS BB 1.238.639  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS  
COMARCA DE CAÇU - GOIÁS  
Oidack Muz dos Santos - Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Loc. Municipal - Caçu - GO CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3666-1087 - CNPJ: 02.751.286/0001-07

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

Emol: R\$5,32 Taxa Jud: R\$0,00 Fundos 21,25%: R\$1,30 ISSQN: R\$0,27  
Total: R\$6,89

Caçu - GO, 12 de dezembro de 2025  
Em testemunho da verdade

Guilherme Luiz do Nascimento Neto - Escrivente  
02442612-1 2899024330012

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REC DE MOVIMENTO DE TÍTULOS E DOC. E P  
Oidack Muz dos Santos  
OFICIAL  
CAÇU

Ademar Rezende Melo  
Advogado  
OAB-GO 16.320



## DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral dos associados é órgão soberano em qualquer decisão de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto.

Art. 16º - A Assembléia reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos deste Estatuto.

Art. 17º - Compete à Assembléia Geral Ordinária, privativamente:

- a. apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal;
- b. eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c. fixar o valor da contribuição mensal dos associados.

Art. 18º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a. deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e, após examinar, votar as suas contas;
- b. decidir sobre a mudança de objetivos e reforma do Estatuto Social;
- c. autorizar a diretoria qualquer alienação ou gravame a bens imóveis.

Art. 19º - É da competência da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação, a Assembléia poderá designar diretores e conselheiros fiscais provisórios, que exercerão suas atividades até a posse dos novos titulares, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 20º - O quorum para instalação da Assembléia Geral será de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação.

As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, executando-se os casos previstos no art. 18, em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

Art. 21º - A Assembléia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS BB 1.238.640  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS  
COMARCA DE CAÇU - GOIÁS  
Oldack Musa dos Santos - Tabelião e Chancel Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu - GO CEP: 78.810-000  
Fone: (64) 3696-1067 - CNPJ 02.761.386/0001-07



Presente fotocópia e reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

Embr.: R\$5,32 - Taxa Jud.: R\$0,00 - Fundos 21,26%: R\$1,30 - ISSQN: R\$0,27  
TST: R\$6,69

Caçu - GO, 12 de dezembro de 2025.  
Em testemunho da verdade

Guilherme Luiz do Nascimento Neto - Escrivente  
024425121-2969024330013

“QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO”



*Ademar Rezente Neto*  
Advogado  
OAB-GO 16.320



Art. 22º - A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de sete dias, mediante aviso enviado aos associados e afixados nos lugares públicos mais freqüentados.

Art. 23º - A Mesa da Assembléia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Presidente, a Mesa será constituída por três associados escolhidos na ocasião.

Art. 24º - Cada associado terá direito a um voto e a votação, em regra, será feita por aclamação. A Assembléia pode, no entanto, optar pelo voto individual ou secreto, atendendo-se então às normas usuais.

Art. 25º - O que ocorrer nas reuniões de Assembléia deverá constar de ata, lida e assinada pelos membros da Diretoria do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão de três associados designados pela Assembléia e por quantos o queiram fazer.

## SEÇÃO II

### DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

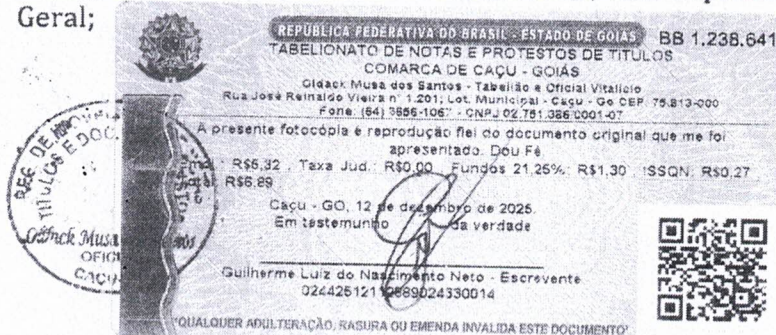
Art. 26º - A administração e fiscalização da Associação serão exercidas, respectivamente, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

Art. 27º - A Diretoria será constituída por seis membros efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, Diretor-Secretário, 2º Secretário, Diretor-Tesoureiro e 2º Tesoureiro, eleitos para um mandato de um ano, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição.

Nos impedimentos superiores a noventa dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 28º - Compete à Diretoria, em especial:

- estabelecer normas e orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;
- analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- propor à Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- contrair obrigações, adquirir, alienar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;



*Ademar Rezende Melo*  
Advogado  
OAB-GO 15.320



- f. deliberar sobre a admissão, desligamento ou exclusão de associados;
- g. indicar o banco ou os bancos nos quais devem ser mantidas as contas-correntes para movimentação dos recursos financeiros da Associação;
- h. fixar o limite máximo de numerário que poderá ser mantido em caixa;
- i. zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas pela Assembléia Geral;
- j. apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 29º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente de dois em dois meses e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, pelos outros seus outros membros efetivos, em conjunto, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§ 1º - A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação de, pelo menos, quatro de seus membros, desde que devidamente convocada, prevalecendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

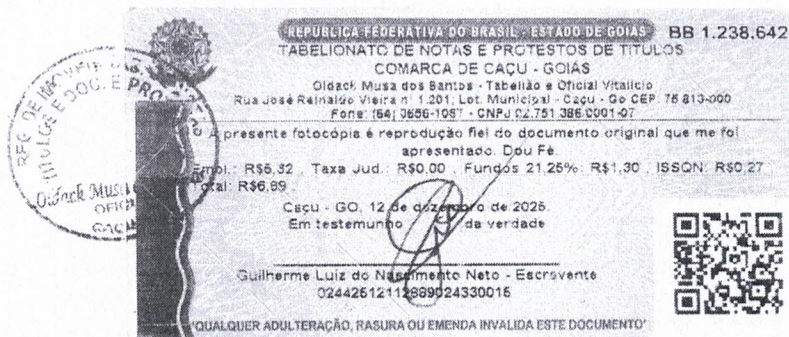
§ 2º - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os diretores presentes.

Art. 30º - Compete ao Presidente:

- a. supervisionar as atividades da associação;
- b. autorizar os pagamentos e fiscalizando permanentemente o saldo do caixa;
- c. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- d. apresentar à Assembléia Geral, o relatório e dos balanços anuais, bem como parecer do Conselho Fiscal;
- e. representar a Associação, em juízo e fora dela;
- f. exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;
- g. o Vice-Presidente, além de sua condição de diretor, assumirá as funções do Presidente, por delegação temporária deste ou por qualquer impedimento do mesmo.

Art. 31º - Compete ao Diretor-Secretário:

- a. lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;
- b. elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos análogos;
- c. outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;



*li*  
Ademar Rezende Neto  
Advogado  
OAB-GO 16.320



d. o 2º Secretário, além de sua condição de diretor, assumirá as funções do Diretor-Secretário em eventual impedimento do mesmo.

Art. 32º - Compete ao Diretor-Tesoureiro:

- a. zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;
- b. arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível no banco ou nos bancos designados pela Diretoria;
- c. proceder os pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d. proceder ou mandar proceder à escrituração contábil e fiscal;
- e. verificar e visar os documentos de receitas e despesas;
- f. zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais tributárias, previdenciária e outras dívidas de responsabilidade da associação;
- g. outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno;
- h. o 2º Tesoureiro, além de suas funções de diretor, assumirá as funções do Diretor-Tesoureiro em caso de impedimento do mesmo.

Art. 33º - O Regimento Interno estabelecerá normas da administração interna da Associação, obedecidos o que este estatuto dispuser.

Art. 34º - Para celebração de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura dos diretores, sendo um deles necessariamente o Presidente ou seu substituto.

Art. 35º - O Conselho Fiscal da Associação será constituído por três membros efetivos e três suplentes eleitos para mandato de um ano, sendo também permitida a reeleição.

§ 1º - Os suplentes serão chamados a substituir os efetivos toda vez em que ocorrer vaga ou impedimento destes.

§ 2º - Em sua primeira reunião o Conselho escolherá o Presidente e o Secretário, entre seus próprios membros.

Art. 36º - Compete ao Conselho Fiscal, em especial:

- a. examinar a escrituração e toda a situação financeira da associação;
- b. assistir às reuniões da Diretoria, sempre que desta faculdade queira usar, onde poderá manifestar-se, porém, sem direito a voto;
- c. verificar se os atos da Diretoria e da Gerência estão em harmonia com a lei e com o Estatuto e se não são contrários aos interesses dos associados;
- d. convocar a Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes;

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIAS BB 1.238.643  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TITULOS  
COMARCA DE CAÇU - GOIAS  
Odeack Muzza dos Santos - Tabelião e Oficial Vitalício  
Rua José Reinaldo Vieira n° 1.201, Lot. Municipal - Caçu - Go CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3626-1067 - CNPJ 02.751.388/0001-07

Esta presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

Emol: R\$6,32 Taxa Jud.: R\$0,00 Fundos 21,25%: R\$1,30 ISSQN: R\$0,27  
Total: R\$6,89

Caçu - GO, 12 de dezembro de 2025.  
Em testemunho da verdade.

Guilherme Luiz de Nascimento Neto - Escrevente  
02442512-1/2889024330016

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REG DE PROTESTOS DE TITULOS E DOC. E

Odeack Muzza dos Santos  
OFICIAL  
CAÇU

Ademar Rezende Mair  
Arquivado  
048-GO 15.320



e. dar parecer por escrito, sobre o relatório, balanço e contas anuais representadas pela Diretoria.

Art. 37º - O Conselho Fiscal terá sua reunião ordinária a cada trimestre e as reuniões extraordinárias quando convocado pelo Presidente, por qualquer outro de seus membros ou por solicitação.

§ 1º - O Conselho considerar-se-á reunido com a participação de todos os seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

§ 2º - Será lavrada a ata de cada reunião em livro próprio, na qual serão indicados os nomes dos que comparecerem bem como as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

## CAPÍTULO V

### DA GERÊNCIA

Art. 38º - As atividades da associação poderão ser realizadas, em nível de execução, por um gerente escolhido e contratado pela Diretoria, dentre elementos de reconhecida experiência e capacidade administrativa.

§ 1º - As atribuições do Gerente serão estabelecidas no Regimento Interno.

§ 2º - O Gerente comparecerá, obrigatoriamente, sem direito a voto, às reuniões da Diretoria e à Assembléia Geral, salvo justificado impedimento.

## CAPÍTULO VI

### DA CONTABILIDADE

Art. 39º - A contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será lançado em 31 de dezembro de cada ano.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO

Art. 40º - A Associação será dissolvida quando o número de associados se reduzir a menos de dez, se este número não for restabelecido no prazo de 12 (doze) meses, ou por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para efeito, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20º deste Estatuto.

Art. 41º - Em caso de dissolução, liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não deverá ser distribuída entre os associados, sendo



Adernar Rezende Melo  
Advogado  
OAB-GO 16.380



doado a instituição congênere, legalmente constituída, para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42º - É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 43º - A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.

Art. 44º - O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de constituição, realizada em 29 de junho de 2025, durante a qual foram também eleitos os primeiros membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, cujos mandatos terminarão em 29 de junho de 2027, que acontecerão de dois em dois anos.

Art. 45º - Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada, e observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20º.

Art. 46º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral ouvidas as entidades ou órgãos competentes.

Caçu Goiás, 29 de junho de 2025.

Diretoria composta pelos seguintes representantes:

*Erivaldo Fernandes da Silva*

Presidente: Erivaldo Fernandes da Silva

*João Batista da Silva*

Vice-presidente: João Batista da Silva.

*Norma Carolina Gomes*

Secretária: Norma Carolina Gomes.

*Wesley Nunes de Medeiros*

Tesoureiro: Wesley Nunes de Medeiros.

*Julio César Gonçalves Rios*

1º Fiscal: Júlio César Gonçalves Rios.

*Orlando da Silva*

2º Fiscal: Orlando da Silva.

*Janiro Rosa da Costa Júnior*

3º Fiscal: Janiro Rosa da Costa Júnior.

*Ropevaldo Vilela Freitas Sobrinho*

1º Suplente: Ropevaldo Vilela Freitas Sobrinho.

*Aderivaldo Lima Pereira*

2º Suplente: Aderivaldo Lima Pereira.

*Semes Barcelos da Silva*

3º Suplente: Semes Barcelos da Silva.

*Cleomar Francisco de Freitas*

Cleomar Francisco de Freitas

*Laurinda Aparecida Marques da Silva*

Laurinda Aparecida Marques da Silva

*Mario Abadia da Silva Pereira*

Mario Abadia da Silva Pereira

*Hellington José Soares*

Hellington José Soares

*Maui Fereira Borges Soares*

Maui Fereira Borges Soares

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS BB 1.238  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TITULOS  
COMARCA DE CAÇU - GOIÁS  
Oldack Musa dos Santos - Tabelião e Oficial Vitalário  
Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu - GO CEP: 75.813-000  
Fone: (64) 3666-1067 - CNPJ 02.751.386/0001-07  
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi  
apresentado / Dou Fé.  
Emol: R\$6,32 - Taxa Jud. R\$0,00 - Fudcos 21,25%: R\$1,30 - ISSN: R\$0,27  
Total: R\$8,89  
Caçu - GO, 19 de dezembro de 2025.  
Em testemunho da verdade  
Guilherme Luiz do Nascimento Neto - Escrevente  
02442612 / 12689924330015  
"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

*Ademar Rezende Melo*  
Ademar Rezende Melo  
Advogado  
OAB GO 18.320



Milcelene Angela de Lima  
 Veltun Campos  
 Jôria Nunes da Silva  
 Maurina Martins de Lima Silva  
 Andreia Bianca Martins Cruz  
 Marcos Durio Ribeiro  
 Elene Af. da Silva  
 Maria de Fátima Mesquita Costa  
 Mabel Marques Neto  
 Vando Antonio  
 Mario Aposicida de Oliveira Rios  
 Mauricelia Ferreira da Silva  
 Francisca Francenhi Araújo Silva  
 José Luciano de Silva

Jemilson Zira  
 Manoel Tobias A. Teixeira  
 CASSON Jasi de Almeida  
 Nete de O. Fernandes  
 Maria da Glória de Oliveira  
 Luismozillo Mal.  
 Cristiane Filipe Araújo  
 Jone Bezerra de Souza  
 Cleide Antunes de Oliveira

Ademir  
 Ademir Rozendo Melo  
 Advogado  
 OAB-GO 16.320

OFICINA DE REGISTRO DE TÍTULOS E PROTESTOS  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS BB 1.238.646  
 TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS  
 COMARCA DE CAÇU - GOIÁS  
 Oldack Muz dos Santos - Tabelião e Oficial Vitalício  
 OFICIAL: Rua José Reinaldo Vieira nº 1.201, Lot. Municipal - Caçu - Go CEP: 75.913-000  
 Fone: (64) 3666-1997 - CNPJ 02.751.386/0001-07  
 A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi  
 apresentado. Dou Fé.  
 Emol: R\$6,32 - Taxa Jud.: R\$0,00 - Fundos 21,25%: R\$1,30 - ISSQN: R\$0,27  
 Total: R\$8,89  
 Caçu - GO, 12 de dezembro de 2026.  
 Em testemunho da verdade  
 Guilherme Luiz do Nascimento Neto - Escrevente  
 02442512112889024330019  
 QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO